

CARVALHO, ÚLTIMO DE

*rev. 1930; dep. fed. MG 1955-1971.

Último de Carvalho nasceu em Juiz de Fora (MG) no dia 19 de dezembro de 1899, filho de Manuel Borges de Carvalho e de Josefina Santos de Carvalho. Seu pai foi proprietário agrícola em Paraíba do Sul (RJ) e posteriormente funcionário municipal e estadual em Belo Horizonte, e sua mãe, professora primária rural.

Sua formação escolar foi feita em Belo Horizonte: o curso primário no Grupo Escolar Barão do Rio Branco, e o secundário num ginásio estadual. Em 1918 trabalhou como servente na Secretaria de Agricultura da capital mineira e em 1922 formou-se pela Escola de Agronomia e Veterinária da mesma cidade. Em 1925 tornou-se engenheiro topógrafo pela escola onde se havia formado em veterinária, exercendo depois a atividade de agrimensor independente em Juiz de Fora e na cidade de Rio Pomba (MG).

Por interferência de seu irmão, Menelique de Carvalho, delegado de polícia em Juiz de Fora, foi encarregado pelos articuladores da Revolução de 1930 naquela cidade de controlar o único rádio transmissor de Rio Pomba de que se poderiam servir os revolucionários. Foi comissionado pelos chefes do movimento em Minas Gerais no comando militar de Juiz de Fora, onde organizou um batalhão de civis mal armados, a que denominou Batalhão Odilon Braga, com a missão de resistir a qualquer investida do 11º Regimento de Infantaria, sediado naquele município. Com a vitória da revolução, recebeu as chaves da cidade, como representante dos revolucionários. Na ocasião, foi comissionado no posto de primeiro-tenente honorário da Polícia Militar mineira, por dedicação e bravura.

Retornou em seguida à atividade de agrimensor, mas em 1931 foi nomeado tabelião em Rio Novo (MG) e Rio Pomba, onde se radicou e organizou seu reduto político. No ano seguinte tornou-se médico veterinário da Secretaria de Agricultura de Belo Horizonte e, em 1933, engenheiro topógrafo da mesma secretaria.

Eleito vereador à Câmara Municipal de Rio Pomba em 1936, integrou o diretório municipal da União Democrática Brasileira (UDB) — agremiação política fundada no Rio de Janeiro em junho de 1937 por Armando de Sales Oliveira, para patrocinar sua candidatura à presidência da República nas eleições de 1938. Com o advento do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, e o fechamento de todos os órgãos legislativos do país, teve seu mandato interrompido e sua atividade política prejudicada em consequência da extinção da

UDB.

Tentou retomar o trabalho de agrimensor, mas, em face da dificuldade de obter serviço na área, passou a fazer corretagem de seguros de vida para a Companhia Sul América, em Rio Pomba e em Juiz de Fora. Continuou também a exercer o tabelionato em Rio Novo e Rio Pomba até 1945. Nos primeiros meses desse ano, em pleno processo de desagregação do Estado Novo, foi incumbido pelo interventor Benedito Valadares de organizar, em Rio Pomba, o diretório do Partido Social Democrático (PSD), criado em abril de 1945 sob inspiração de Vargas. Após a deposição do presidente pelos chefes militares (29/10/1945), assumiu a prefeitura da cidade. No ano seguinte, organizou a Cooperativa Central de Produtores de Leite (CCPL), no Rio de Janeiro, tornando-se seu primeiro diretor comercial. Em janeiro de 1947, candidatou-se à Assembleia Constituinte de Minas Gerais na legenda do PSD, e obteve a segunda suplência. Em julho, foi convocado para ocupar a vaga do deputado Whady José Nassif, o que lhe permitiu ser um dos signatários da nova Constituição mineira, promulgada no dia 14 daquele mês. Em julho de 1949, o deputado Nassif retornou à Assembleia Legislativa, mas Último de Carvalho permaneceu no exercício do mandato, substituindo então o deputado José Ribeiro Pena, que se elegera vice-governador do estado.

Em 1950 foi eleito deputado estadual em Minas Gerais, ainda na legenda do PSD, e em outubro de 1954 foi eleito deputado federal. Em dezembro desse ano, ao ser nomeado tabelião em Belo Horizonte, renunciou ao mandato na Assembleia Legislativa mineira, e em fevereiro de 1955 ocupou sua cadeira na Câmara dos Deputados. No período que se seguiu, participou de gestões junto ao então governador de Minas, Juscelino Kubitschek, para que concedesse as verbas necessárias à reabertura da Escola de Medicina de Juiz de Fora e à criação da Escola de Belas-Artes. Esta última, entretanto, não chegou a se concretizar.

No dia 11 de novembro de 1955, um movimento militar liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra demissionário, visando, segundo seus promotores, a barrar uma conspiração em curso para impedir a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek, afastou do poder o presidente em exercício Carlos Luz e colocou na chefia do governo Nereu Ramos, vice-presidente do Senado. Nesse episódio, Último de Carvalho solidarizou-se com Lott, participando das votações que declararam o impedimento de

Carlos Luz, no próprio dia 11, e de Café Filho, no dia 22.

Em agosto de 1956, já empossado o presidente Kubitschek, Útimo de Carvalho levou à Câmara dos Deputados uma relação de militares supostamente comunistas, que ocupavam posições de comando no Exército. O deputado Raimundo Padilha serviu-se desse documento para pronunciar um violento discurso contra o general Lott, titular da pasta da Guerra, responsabilizando-o pela presença de tais oficiais nos cargos mencionados. No final de 1956, os jornalistas políticos credenciados junto à Câmara elegeram Útimo de Carvalho um dos 20 deputados mais eficientes do ano.

Nesse período, participou de negociações com empresários japoneses do ramo siderúrgico visando à criação das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas), empresa de economia mista fundada em 1956 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com a colaboração de capitais japoneses, do Tesouro Nacional, do governo de Minas Gerais, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e de diversos particulares, para produzir coque, sinter, gusa, aço em lingotes e chapas, sobretudo para a indústria naval.

Reeleito em outubro de 1958, sempre na legenda do PSD, em abril de 1960 mudou-se para Brasília, tornando-se o primeiro deputado a instalar-se na nova capital. Imediatamente organizou um comitê eleitoral em favor da candidatura do general Lott à presidência da República e, como coordenador da campanha, viajou pelo Brasil integrando a Caravana Nacional Lott-Jango (João Goulart). Através de sucessivos discursos, concitou seus correligionários do PSD a se unirem em torno da chapa. Em 3 de outubro, João Goulart, lançado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi eleito vice-presidente, enquanto Jânio Quadros, candidato da chapa adversária lançado pela União Democrática Nacional (UDN), foi eleito presidente.

Em março de 1961, Útimo de Carvalho foi eleito vice-líder da maioria e de seu partido. Quando, em 25 de agosto daquele ano, Jânio Quadros renunciou, congratulou-se com a nação pela renúncia do presidente e, durante a crise que se seguiu, gerada pelo veto dos ministros militares à posse do vice-presidente constitucional, votou pela adoção do regime parlamentarista como fórmula capaz de solucionar o impasse criado. O parlamentarismo foi adotado através da Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961, e no dia 7 João Goulart foi empossado na presidência da República. Posteriormente, Útimo de Carvalho passou a opor-se ao governo Goulart, por considerá-lo radical, e tornou-se um dos mais

candentes críticos da reforma agrária preconizada pelo presidente, alegando que era de inspiração comunista e que o vírus do reformismo atacara o palácio da Alvorada.

Em outubro de 1962, reelegeu-se mais uma vez deputado federal, sempre na legenda do PSD. Em junho de 1963, tornou-se líder da bancada de seu partido na Câmara e participou ativamente do crescente movimento de oposição a João Goulart. Em 31 de março de 1964, um movimento político-militar depôs o presidente. Entre 2 e 15 de abril, o país ficou sob a presidência formal do deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, e o poder de fato passou a ser exercido por uma junta militar autodenominada Comando Supremo da Revolução, constituída pelo general Artur da Costa e Silva, pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e pelo almirante Augusto Rademaker. Na ocasião, como líder da bancada mineira do PSD na Câmara, Útimo de Carvalho leu o *Manifesto da mulher democrata ao Congresso Nacional*, documento originário da Legião Nacional da Marcha Família com Deus pela Liberdade, assinado por cerca de mil mulheres. O movimento foi um dos principais instrumentos de mobilização popular contra o governo Goulart. No dia 15 de abril, foi empossado na presidência da República o marechal Humberto Castelo Branco, eleito no dia 11 pelo Congresso, de conformidade com o Ato Institucional nº 1, editado pela junta militar em 9 de abril.

Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, Útimo de Carvalho, juntamente com a maioria de integrantes do ex-PSD e da ex-UDN, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), de orientação governista. Tornando-se amigo do marechal Costa e Silva, apoiou sua indicação para a presidência da República em substituição a Castelo Branco. Em 1966, reelegeu-se na legenda da Arena, e de 1967 a 1970 foi vice-líder de seu partido na Câmara. Em novembro de 1970, compôs como suplente de senador a chapa da Arena mineira que tinha como titular José de Magalhães Pinto. Em fevereiro de 1971, encerrou seu mandato de deputado federal.

Em agosto de 1973, já afastado da vida pública, lançou seu livro de memórias *Antes que eu me esqueça*. Na oportunidade, em entrevista à imprensa, criticou o regime vigente — sem, no entanto, admitir o retorno à Constituição de 1946 — e a tecnocracia que, a seu ver, não tinha capacidade para gerir a nação, atividade própria dos políticos. Defendeu, como fatores essenciais à normalização democrática do país, a liberdade de imprensa e a participação dos

parlamentares na elaboração orçamentária.

Faleceu em Brasília no dia 26 de agosto de 1980.

Era casado com Hilda Reis Santos de Carvalho, com quem teve cinco filhos.

Publicou, além da obra já citada, o romance *Cidália* (1976) e *Rei Netuno na serra dos perdidos*.

Seu arquivo encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), da Fundação Getulio Vargas.

FONTES: CABRAL, C. *Tempos*; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CÂM. DEP. *Anais* (1964-3); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*. Repertório (1963-1967, 1967-1971); CÂM. DEP. *Relação nominal dos senhores*; CARVALHO, U. *Antes*; COHN, G. *Petróleo*; COUTINHO, A. *Brasil*; *Globo* (27/8/1980); INF. BIOG.; *Jornal do Brasil* (7/2/1964, 1/9/1973, 4/1, 8/10/1979, 27/8/1980); KUBITSCHKE, J. *Meu* (3); MACEDO, M. *Aspectos*; MONTEIRO, N. *Dicionário biográfico*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/1976); SILVA, H. 1964; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados*; VIANA FILHO, L. *Governo*.